

Moçambique

2017 Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil

Em 2017, Moçambique fez um avanço moderado nos seus esforços de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo adoptou uma lista de actividades perigosas que são proibidas a crianças e aprovou um Plano Nacional de Acção de Prevenção e Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil. Contudo, as crianças em Moçambique desempenham as piores formas de trabalho infantil, incluindo o serviço doméstico forçado. As crianças também desempenham trabalhos perigosos na produção de tabaco. A legislação estipula os 15 anos de idade como idade mínima para o trabalho, mas o ensino é obrigatório apenas até aos 13 anos, deixando as crianças de 13 e 14 anos vulneráveis ao trabalho infantil. Os agentes da polícia também não recebem formação e recursos adequados para realizar inspecções e processar casos de trabalho infantil. Ademais, os programas existentes são inadequados para enfrentar o trabalho infantil no país.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em Moçambique.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Assegurar a protecção legal para todas as crianças, incluindo as crianças que trabalham fora dos relacionamentos formais de emprego.	2015 – 2017
	Aumentar a idade mínima para trabalhos leves para 13 anos, em conformidade com as normas internacionais. Estabelecer as actividades, a quantidade de horas por semana e as condições em que se pode realizar trabalhos leves.	2015 – 2017
	Elevar a idade de ensino obrigatório para que coincida com a idade mínima para o trabalho.	2009 – 2017
Fiscalização	Disponibilizar dados relativos à aplicação da lei ao público, incluindo informações sobre o orçamento da Inspeção-Geral do Trabalho, a quantidade e formação de inspectores do trabalho, a quantidade e os tipos de inspecções realizadas, a quantidade de violações de trabalho infantil identificadas, a quantidade de penalidades impostas e recolhidas, assim como a formação de investigadores responsáveis pela aplicação das leis relacionadas com as piores formas de trabalho infantil, a quantidade de investigações realizadas, as violações identificadas, os processos iniciados e as condenações obtidas.	2009 – 2017
	Afectar recursos suficientes para os órgãos de segurança pública, assim como aumentar a quantidade de inspectores do trabalho para garantir uma cobertura adequada dos trabalhadores.	2009 – 2017
	Oferecer formação adequada sobre trabalho infantil aos inspectores do trabalho e agentes da polícia para assegurar a instauração de acções contra os violadores.	2009 – 2017
Coordenação	Estabelecer mecanismos de coordenação para combater todas as piores formas de trabalho infantil.	2010 – 2017
	Garantir que os mecanismos de coordenação relacionados com o trabalho infantil estão activos durante o ano.	2017
Programas sociais	Tomar medidas para assegurar o acesso de todas as crianças ao ensino, oferecendo materiais escolares e estabelecendo uma quantidade adequada de escolas. Tomar medidas preventivas para proteger as crianças contra o abuso físico e sexual nas	2010 – 2017

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	escolas. Disponibilizar os resultados do estudo sobre o trabalho infantil ao público e utilizar as conclusões na elaboração de políticas e programas.	2015 – 2017
	Aumentar o apoio à Linha Fala Criança 116 para assegurar a investigação das denúncias de trabalho infantil.	2016 – 2017
	Instituir programas para lidar com o trabalho infantil no serviço doméstico, assim como ampliar os programas em curso para enfrentar a dimensão do problema do trabalho infantil.	2010 – 2017